

Marisa Ribeiro Silva

O artífice da memória

A intrincada teia de relações pessoais engendrada por José Pedro Xavier da Veiga à frente do Arquivo Público Mineiro, que incluía uma lista de correspondentes escolhidos entre a elite política, sustenta a hipótese de que essa estratégia era parte do jogo de poder que propiciou a consolidação do APM.

> Apesar de sua tradição monarquista, José Pedro Xavier da Veiga foi convidado a exercer um papel fundamental na política do Estado republicano: ser responsável pela construção e organização da memória histórica mineira. O primeiro diretor do Arquivo Público Mineiro (APM) estabeleceu, em torno de si, uma rede de relações composta por cidadãos de destaque em todo o Estado, mantendo-se, assim, vivo politicamente. Além disso, por meio de suas relações, foi o responsável pela constituição da maior parte do acervo do APM.

Logo que assumiu a direção do Arquivo, Xavier da Veiga estabeleceu uma lista de correspondentes, que teriam como função contribuir – a partir da seleção e do envio de documentos históricos importantes sobre Minas Gerais –, para a construção da história mineira, tarefa essa encomendada a ele pelo então governador de Minas, Chrispim Jacques Bias Fortes.

A lista de correspondentes é composta de 114 integrantes, todos nomeados oficialmente pelo governador. Dessa lista, conseguimos encontrar informações como profissão, filiação partidária, formação e referências familiares de apenas 53 deles. Desses, 90% exerciam a carreira política, tendo sido eleitos pelo menos uma vez para os cargos de vereador ou deputado.

Além de políticos, todos os correspondentes do APM exerciam, paralelamente, algum outro tipo de profissão. Cerca de 44% eram advogados; 26% eram médicos; 22% eram professores das mais diversas áreas do conhecimento. Por outro lado, 22% exerciam também atividades jornalísticas; 16% eram fazendeiros e apenas 4% desempenhavam algum tipo de atividade ligada ao conhecimento histórico.

Constata-se, desse modo, que na grande maioria dos casos esses correspondentes estavam ligados simultaneamente a mais de um tipo de profissão. Praticamente

todos eram, ao mesmo tempo, políticos, advogados e jornalistas, ou políticos, médicos e fazendeiros. De toda forma, é importante destacar que faziam parte da elite política e intelectual mineira e que muitos deles eram filhos de personalidades socialmente reconhecidas. Tal é o caso do próprio Xavier da Veiga. De família rica e influente, ele aprendeu desde criança a cultura escrita e iniciou suas primeiras participações em periódicos de familiares.¹

Além da variável profissão, também podem ser analisadas as relações partidárias desses correspondentes: 14% estavam tradicionalmente vinculados ao Partido Liberal; 8%, ao Partido Conservador, ainda no período imperial; e 60%, depois da proclamação da República, já se encontravam ligados ao Partido Republicano Mineiro (PRM). É interessante observar que apenas 24% eram declaradamente republicanos desde os tempos do Império, o que nos leva a pensar que muitos dos políticos vinculados ao PRM poderiam ter sido, originariamente, ligados aos tradicionais partidos monárquicos, o Conservador ou o Liberal.

A par da constatação de que a maioria dos políticos mineiros de maior destaque filiou-se ao PRM como mecanismo de sobrevivência política, percebe-se que Xavier da Veiga fez entre eles escolhas não apenas sábias, mas diversificadas. Quando escolheu como representantes do APM personalidades das diversas vertentes políticas do Estado, ele conseguiu estabelecer uma teia de microrrelações e manter-se, por esse meio, inserido no novo contexto político de sua época.

Os nomes da elite

Além da diversidade, Xavier da Veiga abriu sua lista com políticos de elevado prestígio, como o então presidente de Minas Gerais, Chrispim Jacques Bias Fortes (1894-1898); o vice-presidente, João Nepomuceno Kubitschek

Retrato post mortem de José Pedro Xavier da Veiga, fundador do Arquivo Público Mineiro. Honório Esteves do Sacramento (Santo Antônio do Leite, MG, 1860 - Mariana, MG, 1933), pastel oleoso s/ tecido, 1903, 56,5 x 41 cm. Acervo Museu Mineiro - Coleção Arquivo Público Mineiro. MMH-99.00.756.



(1894-1898); o futuro presidente do Estado, Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902); o também vice-presidente de Minas logo após a proclamação da República, Fernando Leite Pereira, depois presidente do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais, e que no plano federal, foi braço direito do marechal Floriano Peixoto, tendo exercido os cargos de senador por Minas Gerais, ministro das Relações Exteriores (1891-1892), ministro do Interior, ministro interino da Justiça, da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, ministro da Justiça e Negócios Interiores e vice-presidente do Banco do Brasil; João Pinheiro da Silva, nomeado governador de Minas em 1890 e eleito presidente do Estado entre 1906 e 1910; o senador federal e também futuro presidente do Estado Júlio Bueno Brandão.

Seus correspondentes eram, então, homens de grande destaque no cenário político de Minas Gerais e também no cenário nacional. Dessa forma, Xavier da Veiga pôde estabelecer correspondências e relações, facilitadas pelo próprio contexto federativo. Pode-se inferir, portanto, que o diretor do Arquivo Público Mineiro revelava desse modo seu verdadeiro interesse no pacto federativo, que ele defendia ainda sob o regime monárquico.

Xavier da Veiga escolheu para correspondentes do APM políticos altamente gabaritados, mas com pouca ou praticamente nenhuma dedicação à causa histórica. Durante a sua direção à frente do Arquivo, não consta nenhum registro de doação de documentos por parte dos políticos supracitados, nem de correspondências que demonstrassem algum empenho nesse sentido.

O cruzamento de dados entre a lista de correspondentes e os nomes daqueles que realmente doaram documentos ao Arquivo revela a inexistência de qualquer correlação. Na maioria das vezes, as doações de documentos e de cópias de documentos se basearam em duas vertentes: primeiro, nas relações entre instituições, sejam elas instituições públicas administrativas,

sejam instituições de pesquisa ou arquivísticas; segundo, em doações particulares, muitas delas provenientes de pessoas que cediam documentos de família e publicações acumuladas durante a vida.

Xavier da Veiga recebeu documentos referentes à história de Minas de diversos órgãos públicos, entre eles Secretaria do Interior, Congresso Mineiro, Repartição de Terras, Delegacia Fiscal, câmaras municipais de Ouro Preto, Mariana e Paracatu. Ele se empenhou também em adquirir cópias de documentos importantes na Secretaria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e no Arquivo Ultramarino, em Portugal.

Além de estabelecer relações pessoais e de poder com os correspondentes oficiais do Arquivo Público Mineiro, Xavier da Veiga procurou também estreitar laços com diretores de instituições científicas e órgãos da administração pública, conforme se pode constatar pela correspondência a seguir:

Ilustre Cidadão:

O Dr. João Pedro da Veiga Filho, ilustre [] da Academia de Direito desta Capital, acaba de comunicar-me a criação de uma repartição do Arquivo Público, no Estado de Minas Gerais, e com sede em Ouro Preto, da qual fostes nomeado diretor.

Propondo-me a travar relações cordiais com todas as repartições deste gênero, criadas nos diversos estados da União, tomo a liberdade de dirigir-vos esta dando-vos os meus cumprimentos pela acertada escolha, que de vós fez o governo de Minas para dirigir essa repartição, que tantos serviços pode prestar ao Estado e a história pátria.

Para incitar a troca de correspondências e publicações, envio-vos o meu relatório de 1893 e

uma coleção dos volumes [...] do Arquivo do Estado de S. Paulo, modesta revista de documentos interessantes para a história e costumes de S. Paulo, iniciada por mim há pouco mais de um ano [...].²

O diretor do Arquivo Público Mineiro procurou estabelecer relações de caráter recíproco com instituições congêneres, enviando a elas publicações do APM, inclusive sua revista, e recebendo em troca publicações e documentos desses órgãos e instituições:

Certamente já estareis de posse do primeiro fascículo da Revista do Arquivo que, em dias do mês passado, tive a honra de endereçar-vos juntamente com um outro para a Biblioteca Nacional em boa hora sob a vossa competente direção. Instituição nascente, o Arquivo Público Mineiro não pode deixar de contar com o auxílio dos bons patriotas, principalmente daqueles que se entregam ao mesmo gênero de preocupação, tornando-se portanto natural a permuta de serviços que devem fazer o desenvolvimento, a prosperidade comuns. No intuito de enriquecer a Biblioteca Mineira, venho pedir-vos uma coleção completa dos [anais] da Biblioteca Nacional e bem assim de quaisquer outras publicações por ela feitos.³

Os abnegados

Essa troca foi importante não só para a composição do acervo das respectivas instituições, como também para a propagação do nome do APM em outras cidades e Estados da Federação.

Mais do que uma simples permuta de papéis, Xavier da Veiga instituiu um sistema de trocas que implicava uma

rede de relações e contatos. O historiador Diogo de Vasconcelos – que não chegou a ser nomeado correspondente legal do Arquivo Público Mineiro – foi um importante contribuinte para a formação do acervo do APM, enviando inclusive obras raras sobre o período colonial e imperial:

[...]
Muito apreciei a Revista e já dela me aproveitei, corrigindo uns erros em que me achava. Não tenho muito que dar ao Arquivo, os papéis que tenho são quase todos de família; e [] no melhor em Mariana, onde eu irei remexer a ver se esmerilho coisa de valor. Para que vossa Excia. porém não me averbe de ingratidão a sua benevolência envio-lhe [] dois volumes velhos, que suponho, ou são únicos, ou são raríssimos em Ouro Preto. Um é o espelho da época de Portugal, onde podemos colher o que era então o mundo. Outro contém esparsas as informações que habilitam reconstituir-se a idéia da organização do Reino. Por essas relações históricas não me parecem indignas de um lugar no Arquivo.

Sobre o *Áureo Trono*, como [] os mais volumes, que terei de enviar a VExcia. a [] no Arquivo depende de VExcia. mas com uma condição, esta irreduzível, e absoluta é que todos sejam oferecidos em *seu próprio nome*, como deles sendo o dono. Este meio é exigido. E verá que assim, sem prejudicar o destino, que a VExcia. agrada, e faz honra em servir, sirvo eu ao que mais tenho em vista: significar a VExcia. o apreço, bem que humildemente reconheça não ser de grande utilidade, à sua pessoa.⁴

Um inspetor da 3ª Circunscrição Escolar do Estado de Minas Gerais, que também não foi nomeado correspondente do APM, enviou para a Biblioteca Mineira – ligada ao Arquivo – um exemplar encadernado contendo



Casa de residência de Xavier da Veiga onde foi instalado o Arquivo Público Mineiro, em Ouro Preto.
Fotografia tirada em 1903 e oferecida ao APM por Honório Esteves, maio de 1903. APM-1-001.

Residência de Xavier da Veiga em Ouro Preto, onde foi instalado o Arquivo Público Mineiro pela Lei nº 126, de 11 de julho de 1895. Fotografia oferecida ao APM por Honório Esteves, maio de 1903. APM-1-001.

toda a coleção de *A Pátria Mineira*, folha de propaganda republicana da qual foi redator.

Para a Biblioteca Mineira, em anexo ao Arquivo, remeterei brevemente um exemplar encadernado, contendo toda a coleção do “A Pátria Mineira”, folha de propaganda republicana, da qual fui o *redator efetivo*, durante os

cinco anos de sua existência. Enviarei igualmente outros trabalhos literários logo que estiverem reduzidos à devida forma.⁵

Outro caso é o de Paulino Augusto dos Santos que, mesmo não sendo correspondente oficial, envia para o APM diversos manuscritos sobre a Revolução de 7 de abril, além de exemplares do jornal *Igualdade*, do qual

fora redator na cidade de Pouso Alto.

Ilmo. Sr. Comgr. Jose Pedro Xavier da Veiga Tomo a liberdade de enviar ao Arquivo Publico Mineiro, do qual é Vcia. o digno diretor, dois manuscritos de algum valor para a história do nosso Estado. Por saber que Vcia. está colecionando documentos e subsídios para que o Arquivo a seu cargo torne-se de importância a que tem feito pelos esforços postos em prática por Vcia., é o motivo da remessa que faço desses manuscritos por julgá-los, embora incompetente, de algum merecimento não só pela época como também por serem produzidos em tempos agitados, como o da Revolução de 7 de abril. Também remeto ao Arquivo o “Igualdade” jornal que se publica nesta cidade sob a minha redação [...].⁶

Houve outros casos semelhantes a esse, como o de Raymundo Nonato, que enviou para o Arquivo a ata da Junta Municipal Provisória de Três Corações do Rio Verde, em 8 de março de 1899. Na mesma situação, o conde Affonso Celso (1860-1938) – célebre autor de *Por que me ufano de meu país* – envia para o APM um manuscrito de sua autoria sobre “um fato autêntico que evidencia a nobreza de sentimento de seus patricios”.

O caso que mais chama a atenção é o do alferes Luiz Antônio Pinto, que, apesar de também não ter sido nomeado correspondente do APM, foi, sem sombra de dúvida, o seu contribuinte mais freqüente. Luiz Antônio dedicou toda a sua vida a pesquisar e estudar nos velhos arquivos da cidade do Serro, tendo acumulado milhares de notas. Ele não tinha como intenção apenas enviar documentos, mas, cuidadosamente, se dedicava à organização de suas notas, encadernação de volumes e limpeza, além de uma incansável pesquisa:

Procurando por todos os cantos dos velhos arquivos – livros e papéis ainda mais velhos –

tenho de tal forma enchido os meus aposentos, que muitas pessoas já me julgam doido; e não deixam de ter certa razão por ser demais a carga para tão fracos ombros.⁷

Com essa pesquisa intensa, o alferes – cujo arquivo privado se encontra no APM – chegou a enviar um considerável volume de documentos, desde jornais a coleções de folhinhas etc., dedicando-se a esse mister muito mais do que qualquer correspondente oficial jamais procurou fazer. Para alguém que se dedicava ao estudo da história e à coleção de documentos antigos, ter seu nome e seus estudos abrigados por uma instituição como o APM significava a imortalidade:

Ilmo. e Exmo Sr.

Perto de trinta anos tenho já empregado no estudo dos velhos e preciosos arquivos desta cidade, e vejo agora que perdi todo o meu tempo, pois faltam-me as necessárias habilidades para escrever – sob qualquer forma – o que aprendi e aproveitar as milhares de notas colhidas. Talvez mais de três resmas de papel estejam escritas, mas ninguém, senão eu as entenderá.

Velho já e bem velho, presumo que pouco tempo poderá me restar de vida, pois os achaques próprios da idade, ultimamente, tem se multiplicado de uma maneira assustadora, ao ponto de já me sentir sem forças para continuar na luta.

Conquanto eu nunca desejasse sair de minha humilde [observidade], com tanto – para que não se perca tanto trabalho – vejo-me forçado a vir solicitar de V. Exa. o obsequio de consentir para esse arquivo, tão sabiamente dirigido por V. Exa., eu remeta tanto quanto puder ir pondo



O Alferes Luiz Antônio Pinto (Caeité, MG, 1841 - Serra, MG, 1926), um dos maiores colaboradores na formação do acervo inicial do APM. Fotografia: Serra. APM-JP. 11-3-031.

em ordem de ser entendido por quem algum dia se proponha escrever alguma coisa séria e verdadeira a respeito do norte do nosso Estado; assim como alguns livros e jornais antigos, e outras [coisas] curiosas.

Vou começar remetendo a V.Exa pelo correio de hoje, uma coleção de folhinhas de algibeira, quase toda encadernada [...]. São preciosas por causa da crônica que trazem.

Pelo correio seguinte remeterei alguns números de jornais antigos e curiosos.

Antes de começar a remessa das notas que pretendo por em ordem, farei a de algumas coleções de jornais que, presumo, serão bem aceitas por Vexa., e assim desbastarei o meu arquivo, e porei o que ficar em melhor ordem para o trabalho.

Joubert dizia: “quando apanho conchas e dentro d’elas encontro pérolas, extraio as pérolas e deito fora as conchas”, assim deve Vexa. proceder em relação ao que for por mim remetido, certo de que darei por bem feita a seleção sábia e judiciosa de Vexa.⁸

Ribeiro Junqueira, da cidade de Leopoldina, foi um dos poucos correspondentes – para não dizer o único – de que se tem registro que chegou a destinar algum papel ao APM: enviou uma coleção da *Gazeta Leopoldina*, jornal editado por ele próprio.

Ilmo Sr. Xavier da Veiga

[...]

Junto remeto-vos uma coleção da *Gazeta de Leopoldina* correspondente ao ano de 1825 para que figure no mais recôndito canto do Arquivo Publico.

Não pretendemos eu e o meu colega da redação nada mais do que o desejo que temos de que ela possa com a narração fiel dos fatos ocorridos naquele município prestar futuramente serviços para a narração de sua história.

Em Leopoldina continuarei a [envidar] todos os esforços para que a benfazeja instituição a que tão dignamente presides possa prestar ao nosso Estado e a todo o Brasil os serviços que dela esperamos.⁹

Com base nos casos relatados, pode-se constatar que as relações que envolveram Xavier da Veiga e os seus correspondentes foram relações políticas, relações de poder. Tratava-se, portanto, de uma estratégia de fortalecimento do APM enquanto instituição. Além disso, essas relações políticas eram de mão dupla, ou seja, os interesses não circulavam apenas em torno de Veiga, mas implicavam também aqueles que enviavam os documentos. Quando incluiu na lista dos correspondentes nomeados o próprio governador do Estado, o vice-governador, senadores, ministros e pessoas de alta importância no meio político da época, a última coisa que Xavier da Veiga esperava deles era sua dedicação na busca de documentos antigos e sua remessa à Instituição. Era esse, contudo, um meio de afirmar-se politicamente.

Os documentos que foram para o APM, em sua grande maioria, vieram de instituições semelhantes ou de órgãos do governo, cumprindo uma atividade rotineira; ou se originaram dos arquivos de pessoas que tiveram como projeto pessoal contribuir para a construção da história de Minas. Dessa forma, essas pessoas procuravam preservar anos de trabalho e dedicação, conseguindo algum reconhecimento através da doação de manuscritos ou de publicações periódicas à Instituição.

Como um estímulo a mais a esse comportamento, estava previsto, em decreto, que o diretor do Arquivo poderia dar pronta publicidade, por meio da folha oficial do Estado, das contribuições feitas pelos correspondentes ou por quaisquer pessoas que colaborassem para o aumento da coleção da Instituição. Mais ainda, a todos aqueles que se distinguiram em tais serviços seriam conferidos diplomas de "Benemérito do Arquivo Público Mineiro".

Como se vê, as relações estabelecidas entre Xavier da Veiga e seus correspondentes visavam prestigiar a instituição pela qual ele era responsável. O que caracterizou o trabalho do primeiro diretor do APM foi sua refinada percepção sobre os meandros da vida institucional no início da República. Graças a isso, foi possível não só criar essa instituição arquivística, como também garantir sua sobrevivência.

Nota |

1. Apesar de parecer, a princípio, óbvio que esses políticos tenham uma proveniência social de elite, Schwarcz enfatiza que, no final do século XIX, essa elite ilustrada não pode ser entendida como totalmente oriunda ou até mesmo portadora exclusiva dos interesses da classe dominante. Além disso, essa elite ilustrada não pode ser exclusivamente explicada em termos de pertinência de classe. Segundo a autora, é necessário destacar que, a despeito da origem social, essa elite intelectualizada procurava legitimar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas. Para mais informações ver: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 26.

2. Correspondência recebida de Antônio de Toledo Piza, 28 de agosto de 1895. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 9.

3. Correspondência expedida a José Alexandre Ferreira. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 14.

4. Correspondência recebida de Diogo de Vasconcelos, em 25 de maio de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 10.

5. Correspondência recebida de Sebastião Rodrigues Sette Câmara, em 23 de maio de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 11, grifo nosso.

6. Correspondência recebida de Paulino Augusto dos Santos, em 5 de junho de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 12.

7. Correspondência recebida de Luiz Antônio Pinto, cidade do Serro, 9 de maio de 1897. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 3, doc. 5.

8. Correspondência recebida de Luiz Antônio Pinto, 22 de setembro de 1896. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 2, doc. 21.

9. Correspondência recebida de Ribeiro Junqueira. Fundo Arquivo Público Mineiro, cx. 3, doc. 12.

Marisa Ribeiro Silva é mestre em história pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo defendido a dissertação *História, Memória e Poder: Xavier da Veiga, o arconte do Arquivo Público Mineiro*.

QUADRO 1

Relação de alguns correspondentes do Arquivo Público Mineiro e suas atividades

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Alberto Augusto Diniz (Capital Federal)	1868-1956	Advogado, promotor público em Ouro Preto, juiz municipal de São João del-Rei (1892), diretor da recebedoria de Minas Gerais (1895), fiscal do governo junto ao Banco de Crédito Real de Minas Gerais (1898), desembargador e, depois, governador do Acre.
Alberto Augusto Furtado (Rio Preto)	1856-1920	Político e engenheiro. Foi vereador, deputado ao Congresso Legislativo Mineiro e deputado estadual (1895-1898). Foi ainda superintendente da construção da estrada de ferro Leopoldina.
Américo Gomes Ribeiro da Luz (Muzambinho)	1854-1927	Político, médico, banqueiro, escritor, fazendeiro e empresário. Chefe político de Muzambinho e líder da campanha abolicionista, vereador e agente executivo municipal, deputado provincial (1886-1887), deputado à Constituinte Federal e deputado federal (1891-1893). Dirigiu a Companhia de Estrada de Ferro de Muzambinho (1889-1908). Participou ativamente da propaganda republicana.
Antônio Augusto Veloso (Diamantina)	1856-1924	Magistrado, político, advogado, jornalista e escritor. Foi deputado à Assembléia Provincial (1882-1883, 1886-1889), senador constituinte estadual e senador estadual (1891-1892). Juiz de direito em Diamantina e Belo Horizonte, depois promovido a desembargador. No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao Partido Republicano Mineiro (PRM).
Antonio Martins Ferreira da Silva (Ponte Nova)	1874-1919	Político, fazendeiro e advogado. Filiado ao PRM. Deputado estadual (1907-1918) e senador.
Augusto Clementino da Silva (Serro)	1861-1952	Político, médico e fazendeiro. Foi deputado constituinte mineiro, deputado estadual (1891-1898) e deputado federal (1897-1899).
Augusto Gonçalves de Souza Moreira (Itaúna)	1861-1924	Político, médico e industrial. Dedicou-se à medicina, foi vereador, organizador e dirigente do Clube Republicano 21 de Abril (1889), deputado estadual (1891-1898). Pertenceu ao PRM.
Bernardo [Cysneiros] da Costa Reis (Palma)	? –1908	Político, médico e fazendeiro. Participou da campanha republicana. Foi Senador constituinte estadual (1891) e senador estadual (1891-1895).
Bernardo Saturnino da Veiga (Campanha)	?	Irmão de José Pedro Xavier da Veiga, foi diretor do periódico <i>Monitor Sul Mineiro</i> , editor do <i>Almanaque Sul Mineiro</i> , organizador da <i>Enciclopédia Popular</i> , sócio-correspondente do IHGB e subdiretor da administração dos Correios de Campanha. Detinha o título de comendador.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Camillo Philinto Prates (Montes Claros)	1859-1940	Político, professor de matemática e física. Foi deputado provincial (1891-1899), senador estadual (1899-1907) e deputado federal (1903-1905). Integrou a comissão de mudança da capital. No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.
Carlindo dos Santos Pinto (Santa Luzia)	1864 – ?	Político, bacharel em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo. Deputado estadual (1895-1898).
Carlos da Silva Fortes (Santos Dumont)	? – 1924	Político, médico e industrial. Foi deputado provincial (1888-89), deputado estadual constituinte, deputado estadual (1891-1926). Pertenceu ao PRM.
Carlos Ferreira Tinoco (Oliveira)	1870-1947	Político, magistrado e advogado. Foi juiz de direito, deputado estadual (1895-1898), presidente do Tribunal Regional Eleitoral e desembargador.
Carlos Sá (Teófilo Otoni)	1839-1921	Político e fazendeiro. Eleito senador constituinte para o período 1891-1898
Chripim Jaques Bias Fortes (Ouro Preto)	1847-1917	Político, magistrado, advogado e fazendeiro. Foi promotor de justiça e juiz municipal, deputado provincial pelo Partido Liberal (PL), entre 1881-1889. Na República, elaborou o anteprojeto da Constituição Mineira, exerceu o governo provisório do Estado em quatro períodos, nos anos 1890 e 1891. Senador constituinte (1891-1895), participou de forma decisiva na elaboração da primeira Constituição do Estado; eleito, por voto popular, presidente de Minas Gerais (1894-1898), volta depois a ser senador. Pertenceu ao PRM.
Desidério Ferreira de Melo (Carmo do Paranaíba)	1858-1904	Político, advogado provisionado, capitão da Guarda Nacional e jornalista. Foi deputado estadual (1895-1902). Filiado ao PRM a partir de 1898.
Edigar Carlos da Cunha Pereira (Peçanha)	1860-1908	Magistrado, advogado e chefe de polícia. Foi redator de <i>O Constitucional</i> , jornal do Partido Conservador (SP).

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Edmundo Pereira Lins (Serro)	1863-1944	Magistrado, professor, promotor público (1889-1890) e jornalista. Defensor do regime republicano, filiou-se ao partido em 1886. Nomeado secretário da Repartição de Estatística, foi redator-chefe de <i>O Movimento</i> , jornal de propaganda republicana. Juiz de direito de Tiradentes (1892-1897), diretor da Secretaria de Interior (1897-1898), juiz de direito da comarca de Belo Horizonte. Catedrático de Direito Romano na Faculdade de Direito de Minas Gerais e, em 1917, Ministro do Supremo Tribunal Federal.
Eduardo Augusto Pimentel Barbosa (Paracatu)	?	Político, coronel da Guarda Municipal e professor.
Epaminondas Esteves Otoni (Teófilo Otoni)	1862-1918	Político, engenheiro e fazendeiro. Fiscal da estrada de ferro Bahia-Minas. Foi vereador, deputado estadual, senador estadual e deputado federal. Pertenceu ao PRM
Fernando [Lobo] Leite Pereira (Juiz de Fora)	1851-1918	Político, advogado e banqueiro. Exerceu grande atividade na propagando republicana. Com a proclamação da República, foi nomeado vice-presidente do Estado de Minas. No plano federal, foi ministro das Relações Exteriores (1891-1892), ministro do Interior, ministro interino da Justiça, da Instrução Pública e dos Correios e Telégrafos, ministro da Justiça e Negócios Interiores. Braço direito do marechal Floriano Peixoto, foi ainda vice-presidente do Banco do Brasil, senador federal por Minas Gerais e presidente do Banco de Crédito Rural de Minas Gerais. Pertenceu ao PRM.
Francisco Alves Moreira da Rocha (Bonfim)	1850-1946	Político e médico. No Império, foi oficial da Ordem da Roda e deputado provincial. Na República, deputado estadual de 1911 a 1922. Pertenceu ao PRM.
Francisco José Coelho de Moura (Oliveira)	? – 1910	Político e médico. Foi deputado estadual (1891-1898) e senador estadual (1899-1906). No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.
Francisco Lins (Piranga)	1866-1933	Escritor, acadêmico, professor e jornalista. Lecionou em estabelecimentos que hoje equivaleriam aos de ensino médio e foi redator dos periódicos <i>Jornal do Comércio</i> e <i>O Farol</i> . Membro fundador da Academia Mineira de Letras (AML).

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Francisco Mendes Pimentel (Barbacena)	1869-1967	Político, advogado, professor e primeiro reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi deputado estadual (1895-1898) e deputado federal (1897-1899). Atuou também na imprensa, fundando o <i>Diário de Minas</i> . Participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG). Foi um dos fundadores do PRM.
Francisco Silviano de Almeida Brandão (Pouso Alegre)	1848-1902	Político, médico e professor. Foi secretário e presidente do Estado. Signatário do Manifesto Republicano de 1870, fundou o Clube Republicano de Pouso Alegre e foi também abolicionista. Deputado pelo Partido Liberal à Assembléia Provincial (1880-1881) e deputado geral (1881-1884), senador ao Congresso Constituinte Mineiro e senador (1891-1895), secretário do Interior e Justiça (1892-1894), senador estadual (1895-1902), presidente do Estado (1898-1902). Elegeram-se em 1902 para a vice-presidência, mas faleceu antes de tomar posse. No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PR e PRM.
Gomes Freire de Andrade (Mariana)	1865-1938	Político, médico e professor. Defensor da idéia republicana e um dos signatários do Manifesto Republicano de Ouro Preto (1888). Foi vereador, deputado à Constituinte Estadual, deputado estadual (1891-1895), senador estadual (1907-1918), deputado federal. Pertenceu ao PRM.
Heitor de Souza (Carangola)	1871-1929	Político, advogado, magistrado, escritor, jornalista, promotor público, juiz municipal, vereador em Cataguases, deputado estadual (1903-1910), subprocurador geral do Estado. Pertenceu ao PRM.
Henrique Diniz (Ouro Preto)	1865-1930	Político, médico e professor. Republicano histórico, foi vereador, presidente da câmara, agente executivo municipal. Lecionava história universal no Ginásio Mineiro. Deputado constituinte estadual e deputado estadual (1891-1895), foi ainda secretário do Interior e Justiça (1894-1898) e senador (1903-1906) e (1915-1918). Pertenceu ao PRM.
Henrique Duarte da Fonseca (Além Paraíba)	?	Deputado estadual (1891-1898). Participou da campanha republicana.
Hermenegildo Rodrigues de Barros (Carmo do Paranaíba)	1866-1955	Magistrado e promotor público, juiz municipal, juiz de direito (1890), presidente do Tribunal da Relação (1903) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Sócio honorário do IHGB.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Idelfonso Moreira de Faria Alvim (Palma)	1867-1927	Político, advogado, promotor público, curador geral de órfãos (1890), juiz de direito. Participou da propaganda republicana com Silva Jardim. Foi deputado estadual constituinte, deputado estadual (1891-1895) e deputado federal (1897-1902). Pertenceu ao PRM.
João Capistrano de Abreu (Capital Federal)	1853-1927	Nasceu em Maranguape (CE). Um dos primeiros grandes historiadores do Brasil, autor de vários livros, dentre eles, <i>Capítulos de História Colonial</i> (1907), <i>Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil</i> (1930), desenvolvendo ainda pesquisas nos campos da etnografia e da lingüística. Sua obra é caracterizada por uma rigorosa investigação das fontes e por uma visão crítica dos fatos históricos.
João Nepomuceno Kubitschek (Peçanha)	1843-1899	Político, professor, poeta e jornalista. Diretor da Instrução Pública da Província de Minas (1883-1885). Organizou o Clube Republicano de Diamantina, em 1888, e dirigiu o órgão republicano O Tambor. Senador constituinte estadual (1891-1898), foi vice-presidente do Estado (1894-1898) e diretor da Imprensa Oficial (1898). É tio-avô do presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.
João Pinheiro da Silva (Caeté)	1860-1908	Político e industrial. Dedicou-se à próspera indústria cerâmica sua cidade natal. Formado em Direito em São Paulo; adepto do Partido Republicano, abolicionista, foi influenciado por idéias positivistas. Em 1888 liderou a organização do PRM, dirigindo o seu jornal, <i>O Movimento</i> . Com a Proclamação, foi nomeado secretário de Estado, vice-governador e, em 1890, governador de Minas. Elegeram-se deputado ao Congresso Constituinte de 1890-1901. Foi eleito senador federal em 1904 e presidente do Estado (1906-1910). Precursor do desenvolvimentismo.
João Roquette Carneiro de Mendonça (Mar de Espanha)	1839-1921	Político, promotor e magistrado. Participante do movimento republicano desde 1870. Senador constituinte mineiro de 1891 a 1898. Filiado ao PRM.
Joaquim Antônio Dutra (Leopoldina)	1853-1943	Político e médico. Instalou e dirigiu o hospital-colônia para alienados mentais em Barbacena. Foi vereador, agente executivo municipal, deputado provincial (1888-1889), deputado estadual (1891-1895), senador estadual (1895-1902). No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.
Joaquim Antônio Gomes da Silva (Frutal)	1835-1915	Político, advogado (provisionado), professor e escritor. Vereador, agente executivo provincial de Frutal, deputado provincial (1884-1885), deputado estadual (1891-1885), senador estadual (1895-1902). Redator do jornal <i>Correio Uberabense</i> , órgão do partido liberal. No Império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
José Bento Nogueira (Minas Novas)	1830-1913	Político, coronel da Guarda Estadual e professor. Foi deputado provincial (Império), deputado à Constituinte mineira na primeira legislatura (República), senador estadual (1895-1906), deputado federal (1903-1914). Pertenceu ao PRM.
José Bernardes de Farias (Formiga)	1859-1934	Político, advogado e promotor. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Formiga, deputado estadual (1895-1902) e deputado federal (1903-1908). Pertenceu ao PRM.
José Ferreira de Carvalho (Oliveira)	1872-1957	Político, coronel da Guarda Nacional, jornalista e tabelião. Redator-secretário da <i>Gazeta de Oliveira</i> , jornal de maior circulação no Oeste de Minas. Fundou A Democracia em 1895, por divergências políticas. Sócio-fundador do IHGMG. Pertenceu ao PRM.
José Joaquim do Carmo Gama (Rio Novo)	1860-1937	Escritor, acadêmico, professor e tabelião. Colaborou com Xavier da Veiga na organização do APM. Membro fundador da Academia Mineira de Letras, colaborador de vários jornais. Publicou diversas obras literárias e de história.
José Monteiro Ribeiro Junqueira (Leopoldina)	1871-1946	Político, promotor público, advogado e empresário. Defensor do regime republicano. Presidiu o Centro Republicano Mineiro e dirigiu a <i>Gazeta de Leopoldina</i> . Foi presidente da câmara e agente executivo municipal (1895-1902), deputado estadual (1903-1930) e senador estadual (1895-1902).
Josino de Paula Brito (Três Pontas)	1855-1930	Político, médico e fazendeiro. Foi deputado estadual constituinte e deputado estadual (1891-1895) e senador estadual (1895-1914). Pertenceu ao PRM.
Júlio Bueno Brandão (Ouro Fino)	1858-1931	Político, magistrado, advogado e jornalista. Foi juiz municipal, subdelegado e delegado de polícia, vereador e agente executivo municipal. Propagandista republicano, foi nomeado presidente do Conselho de Intendência por Bias Fortes, em 1891. Eleito deputado estadual (1891-1898), senador federal (1897-1908), sendo também vice-presidente e presidente do Estado, quando João Pinheiro faleceu. Foi presidente de Minas Gerais entre 1910-1914. No império, pertenceu ao PL e, na República, ao PRM, tendo presidido o partido por muitos anos.
Leopoldo Correa (Itapecerica)	1866-1918	Político e médico. Além de clinicar em Itapecerica, foi juiz de paz e delegado de higiene. Deputado estadual (1895-1902) e senador estadual (1907-1914). Pertenceu ao PRM, divergindo do partido no final.

Correspondentes do APM (Origem)	Período Nascimento/Óbito	Atividades
Lourenço Xavier da Veiga (Capital Federal)	?	Irmão de José Pedro Xavier da Veiga, foi oficial da Câmara de Deputados do Império.
Manoel Teixeira da Costa (Santa Luzia)	1833-1913	Comendador, político e tabelião. Deputado à Assembléia Provincial (1886-1887). Foi escrivão de órfãos e tabelião, vereador, presidente da câmara, agente executivo municipal. Deputado à Constituinte Estadual e deputado estadual (1891-1895), senador estadual (1896-1906). No Império, pertenceu ao Partido Conservador e, na República, ao PRM.
Rodolfo Gustavo da Paixão (São João del-Rei)	1853-1925	Político, militar e engenheiro; general-de-brigada. Militante nas causas abolicionista e republicana, foi nomeado governador de Goiás, depois elegeu-se presidente daquele Estado (1890-1892).
Salvador Felício dos Santos (Diamantina)	1867-1926	Político e magistrado. Foi juiz interino em Diamantina. Teve rápida passagem pela política como deputado federal entre 1900 e 1902.
Tito Fulgêncio Alves Pereira (Monte Carmelo)	1862-1944	Magistrado, político, jurista e professor. Foi deputado à Assembléia Provincial (1886-1887), promotor público, juiz municipal, juiz de direito e desembargador (1910-1914).
Vasco Azevedo (Pitangui)	1868-1907	Político e jornalista. Foi redator e diretor de dois periódicos e ainda diretor do Externato Municipal, presidente da Câmara de Pitangui; agente executivo municipal; deputado estadual (1899-1902). Pertenceu ao PRM.
Wenceslau Brás Pereira Gomes (Monte Santo de Minas)	1868-1866	Político, promotor de justiça e advogado. Defensor da República, foi vereador, presidente da Câmara e agente executivo municipal (1892-1894), deputado à Câmara Estadual (1892-1898), secretário do Interior (1898-1902); deputado federal (1903-08), presidente do Estado (1909-1910); vice-presidente e depois presidente da República.